

OS HISTORIADORES E A EUROPA

Maria Isabel João

(Universidade Aberta)

Os historiadores e a Europa, eis um enunciado que parece apontar para uma dicotomia clássica da teoria do conhecimento: o sujeito e o seu objecto de estudo. Contudo, tal divisão não é mais do que aparente, porque o objecto em análise não é independente do sujeito. Ele é, na verdade, uma construção dos sujeitos que pensam sobre os problemas da geografia, da história, da civilização e da cultura ditas europeias e as respostas sobre o que é a Europa estão longe de ser lineares e pacíficas. Nesta comunicação vamos procurar equacionar, em breve síntese, o problema da relação entre a historiografia e a construção da ideia de Europa.

Os limites geográficos

Se considerarmos a geografia, temos de constatar que a Europa não é um dado natural¹. Apresenta-se como uma península da Ásia ou a parte mais ocidental do continente euroasiático. Os seus limites não são nítidos: os mares delimitam-na por três lados — o Atlântico, o Mediterrâneo e o Ártico —, mas a Leste a sua fronteira é incerta. Os montes Urais não

¹ Gérard Soulier, *A Europa. História, Civilização, Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget, s.d., p. 14

representam uma barreira nem uma efectiva ruptura com a Ásia. Mais a Sul, o rio Ural e o rio Embo, o mar Cáspio e o rio Kuma, para os que colocam a fronteira a Norte das montanhas do Cáucaso, ou o Araks, para os que a posicionam mais a Sul, não são verdadeiros limites geofísicos. O estreito do Bósforo, por sua vez, separa um Istambul europeu de outro asiático. Mas o limite marítimo também deixa em aberto o problema das múltiplas ilhas e arquipélagos, cuja ligação ao continente é definida por critérios de ordem histórica e políticos sempre discutíveis. De qualquer modo, parece não haver dúvida de que pelo povoamento e pela forma como acompanharam o processo histórico europeu, ou dele foram mesmo motor e parte determinante, o arquipélago dos Açores a Irlanda e a Grã-Bretanha, a Oeste, a Islândia, a Norte, e as ilhas Canárias, a Sul, são prolongamentos da Europa no oceano.

Nos extremos deste vasto espaço marítimo, que engloba as ilhas mediterrânicas, situam-se a Gronelândia e Chipre. A primeira foi durante muito tempo considerada como parte da Europa pelo facto de ser uma colónia dinamarquesa, mas na realidade a geografia e a maioria da população autóctone, formada pelos Inuits, colocam esta imensa ilha no continente americano. Em 1979, os Gronelandeses obtiveram um estatuto de autonomia, sem abandonarem por isso a ligação à Dinamarca. Esta mudança implicou a revisão da sua posição no seio da Comunidade Europeia, à qual a Gronelândia pertencia por via da entrada da Dinamarca, em 1973. Um referendo foi decisivo para a saída do país da CEE, em 1985, especialmente motivada pela preservação dos direitos de pesca.

Muito diferente é o caso de Chipre. Se do ponto de vista geográfico se insere na Ásia Menor e não na Europa, a sua história esteve sempre associada ao continente europeu, desde que foi helenizada na Antiguidade, e cerca de três quartos da população é grega e uma minoria turca. A conquista desta ilha, tão importante ao nível estratégico para o controlo do Mediterrâneo oriental, pelo Império Otomano determinou a formação de uma Santa Liga (Espanha, Veneza, Santa Sé) que venceu os otomanos na famosa batalha de Lepanto, no golfo de Corinto, em 1571. Apesar da derrota, que marcou uma paragem na expansão otomana, conservaram o domínio sobre a ilha até ao século XIX, quando o enfraquecimento do Império os levou a cedê-la à Inglaterra (1878). Os cipriotas gregos não deixaram de exigir a sua união à Grécia, mas tal solução não era desejada pelos britânicos, que mantinham ali importantes bases militares, nem pela minoria turca. Em 1961, Chipre

tornou-se independente e, posteriormente, a intervenção grega e turca no conflito interno levou à cisão da ilha, constituindo-se a República Turca do Norte de Chipre que não foi reconhecida pela ONU nem por qualquer outro organismo internacional. O presidente da parte grega não renunciou à ideia da reunificação e Chipre é membro do Conselho da Europa, tendo ainda entregue a sua candidatura à CEE em 1990².

Malta, situada no coração do Mediterrâneo e profundamente ligada à história europeia, é o outro Estado insular independente que também aspira à integração na União Europeia.

Mais difícil de definir se revela a fronteira oriental da Europa. Os montes Urais dividem o maior país do mundo, a Rússia, em duas partes, uma europeia e outra asiática. Tanto no interior como fora, diversos intelectuais e escritores têm-se interrogado sobre a identidade da Rússia e a sua pertença a um ou a outro dos continentes. Na verdade, a Rússia define-se como um vasto conjunto euroasiático, cujos limites vão do mar Báltico ao mar Negro, a Sul, e ao oceano Pacífico, a Leste.

Tal realidade tem uma expressão significativa nas controvérsias que opõem ocidentalistas e eslavófilos no seio da *intelligentzia* russa. O acordo somente se estabelece em torno da ideia messiânica de uma Rússia capaz de regenerar a Europa, mas esta visão perdeu o fulgor depois dos acontecimentos da última década e da derrocada geral do país. Em *Les sources et le sens du communisme russe*, Nicolas Berdaiev constata a disposição especial dos russos para adoptar as ideias ocidentais e para as transformar, em seguida, de acordo com o seu modo particular de pensar, o qual consiste, quase sempre, em introduzir o dogmatismo³. Assim, o que no Ocidente era teoria científica sujeita à crítica ou, em qualquer caso, verdade relativa e parcial, sem pretensão à universalidade, transforma-se para a *intelligentzia* russa numa afirmação que confina com a revelação religiosa. Esta interpretação do fenómeno comunista não é pacífica e tem suscitado novas polémicas, que se estenderam aos países vizinhos. Para uns, como Soljenitsyne, o comunismo foi uma importação ocidental, uma espécie de vírus introduzido por Lenine que abafou a espiritualidade russa; para outros, como o filósofo polaco Milosz, o comunismo é visto como “uma Nova Fé vinda do Leste”, que assolou os países

² *Idem, ibid.*, p. 100.

³ Cit. Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 106.

da Europa Central e Oriental⁴. A avaliação do passado recente também reflecte, por conseguinte, a dualidade na forma de conceber a Rússia.

Para Emmanuel Berl, numa história da Europa publicada em 1946 e reeditada em 1969, a resposta ao problema depende das épocas: a Rússia de Kiev era europeia, a dos cãs mongóis não, e a de Pedro o Grande voltou a sê-lo⁵. Por sua vez, o historiador Fernand Braudel classifica-a como “a outra Europa”⁶. É evidente que tais discursos captam aspectos da realidade profundamente ambivalente e complexa da Rússia que tem em comum com o resto da Europa o cristianismo e a participação nas guerras e na diplomacia europeias, bem como nos grandes movimentos culturais que marcaram a idade moderna e a contemporânea. A existência da Rússia e o complexo xadrez cultural e étnico da fronteira central e oriental da Europa recordam a todo o momento que esta não se confina aos países ocidentais e que é um conjunto que se definiu historicamente através do confronto com o Oriente, mas também importando dele algumas das suas invenções mais frutuosas.

Outro país dividido pela arbitrariedade dos limites geográficos é a Turquia, que possui uma pequena parte do seu território no continente europeu. Mas a presença turca na história europeia é muito mais importante e a sua penetração estendeu-se durante vários séculos a toda a região dos Balcãs, indo mesmo além da zona que esteve submetida à influência da civilização bizantina. No seu apogeu, o Império Otomano englobava um imenso território que se espalhava por três continentes e ia, a Norte, da Hungria, da Bósnia, da Moldávia e da Bessarábia até ao mar de Azov e, a Sul, da fronteira marroquina ao golfo Pérsico. O enfraquecimento deste colosso desencadeou a chamada “questão do Oriente”, a partir do século XVIII. A expressão traduz os problemas colocados à diplomacia europeia pelas divisões étnicas e políticas naquela região, na qual os países ocidentais têm tomado partido e intervêm sem qualquer escrúpulo. A questão adquire uma importância crescente no século XIX e acaba por ser a faúlha que desencadeia o primeiro conflito mundial.

A desintegração do Império Otomano depois da guerra abriu caminho ao nascimento da Turquia moderna. Esta acaba por adoptar, sob a liderança

⁴ Gérard Soulier, *ibid.*

⁵ Cit. Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *Una Historia Europea de Europa. Mitos y Fundamentos (De los orígenes al siglo XV)*, Barcelona, Idea Books, S.A., 2000, p. 13

⁶ Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 475.

de Mustafa Kemal, uma política ocidental e de modernização que a aproxima do resto da Europa no momento em que, do ponto de vista físico, é quase insignificante a sua presença no continente⁷. Ao nível político-militar e estratégico, a Turquia tem sido um aliado do Ocidente e há todo o interesse que assim continue a ser⁸. A Turquia é, deste modo, mais um país de charneira entre o Ocidente e o Oriente, se bem que pela religião muçulmana, pela própria história e cultura seja mais identificada com o Outro do que com os europeus. As reticências que suscitou o seu pedido de adesão à CEE, em 1987, exprimem a dificuldade de concebê-la como parte da Europa, para além de todas as considerações económicas e políticas de circunstância.

Os limites da Europa estão longe de ser claros e subsiste uma vasta área de charneira com a Ásia e até mesmo com a África, cujos avanços e recuos se desenham ao sabor das ofensivas dos povos, como refere René Sédillot: “Cuando los árabes están en Valencia, África penetra en Europa; cuando los turcos están a las puertas de Viena, es Asia la que se deborda... Y cuando los rusos están en Leipzig? Así pues, Occidente se achica o se despliega a la manera de una flor que se encoge o se abre. Pero al igual que sus límites, también su centro de gravedad se mueve: mediterráneo com Roma, es renano en siglo XX, como lo fuera com Carlomagno”⁹. De facto, a região do Reno situa-se no coração da Europa e se olharmos para um mapa verificamos a surpreendente proximidade entre a vasta área do Império Carolíngio e a da Europa dos Seis (Alemanha, França, Itália e países do Benelux), que foi responsável pelo arranque do projecto de unidade europeia.

Área de uma civilização

Ninguém se arrisca a definir, de forma rígida e arbitrária, as fronteiras da Europa. Desde o século XIX, todas as propostas no sentido de uma união dos povos europeus são vagas ou omissas nesse ponto crucial. Vista do interior do continente, a Europa aparece-nos presa nas malhas estreitas

⁷ J.-B. Duroselle, *L'idée d'Europe dans l'histoire*, Paris, Denoël, 1965, p. 83.

⁸ A Turquia faz parte da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Conselho da Europa e da NATO.

⁹ Cit. Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, pp. 14-15.

das divisões étnicas e culturais, da fragmentação política e dos conflitos que têm marcado toda a sua história. A diversidade de um território mil vezes retalhado e de um grande *melting pot* de povos e culturas, que se foi cimentando em unidades políticas mais ou menos vastas e duradouras, parece transformar a Europa num mito. Mas olhada de fora e à distância torna-se evidente que é a área de uma civilização.

Uma civilização é, segundo F. Braudel, um espaço, uma “área cultural”, como dizem os antropólogos, que se define por uma quantidade de “bens”, de traços culturais¹⁰. Não é uma realidade totalmente estática, mas dotada de dinâmica. A sua área não tem limites estanques e assume múltiplas configurações ao longo do tempo. Contudo, como também frisa Braudel na sua *Gramática das Civilizações*, “uma civilização não é uma dada economia nem uma dada sociedade, mas sim o que, através das séries de economias, das séries de sociedades, persiste em viver, só a custo e pouco a pouco se deixando inflectir”¹¹.

É pelo facto de ser o quadro civilizacional aquele que melhor pode definir a Europa que Charles-Olivier Carbonell, numa obra recente com um título pleonástico — *Une Histoire européenne de l'Europe* —, recorre à História, e não à Geografia, como critério delimitador. Afirmar expressamente que “es europeo no lo que está en la Europa-continente, sino lo que es de la Europa-civilización”¹². Nesta ordem de ideias, o espaço europeu é o que acolhe, sem descontinuidade inquietante, todos os fenómenos próprios de uma comunidade de civilização.

As implicações metodológicas desta opção reflectem-se nos diversos níveis da análise histórica¹³. Esta exige dois tipos de estudos comparativos sistemáticos: o primeiro consiste em assinalar as *analogias* e em localizá-las no espaço, de tal maneira que seja possível delimitar a área da Europa-civilização; o outro passa por perceber as *diferenças* entre os europeus e os outros, isto é, entre os primeiros e aqueles que, mesmo podendo estar próximos em termos geográficos, fazem parte de áreas culturais distintas.

¹⁰ Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 209.

¹¹ Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 49.

¹² Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, p. 24.

¹³ Continuamos a seguir a obra dirigida por Charles-Olivier Carbonell já citada, primeira parte.

A cartografia torna-se, por conseguinte, um instrumento precioso para o historiador, que tem de fazer um permanente esforço para perceber a área de difusão dos fenómenos e para a demarcar. Os quadros espaciais com os quais precisa de trabalhar são bastante amplos e o mesmo se aplica aos períodos. Na maior parte das situações, a divisão por séculos e os sincronismos estabelecidos num tempo breve não permitem surpreender toda a amplitude de certos fenómenos nem compreender a sua dimensão em termos civilizacionais. Como salienta Carbonell, a prioridade dos historiadores tem de ser não a aparição mas a difusão dos fenómenos e, por isso, o espaço acaba por se sobrepor ao enfoque temporal. É a extensão da área que recebeu e integrou certos bens e traços culturais, e não o tempo mais ou menos longo em que o fez, que permite delimitar a pertença a uma dada civilização.

Faz parte do domínio das evidências geralmente aceites que a Europa é unidade e diversidade. Desde logo do ponto de vista da sua realidade geográfica verifica-se uma oposição entre Este e Oeste, entre Norte e Sul, entre o Mediterrâneo quente e os mares frios do norte: a Mancha, o Mar do Norte, o Báltico. Estas diferenças incidem sobre os homens e condicionam os seus comportamentos, os seus hábitos, os seus modos de vida, forjando importantes contrastes que se devem também, de forma marcante, à história. Como refere Braudel, “o Oeste olha para Roma, o Leste para Constantinopla”¹⁴. A primeira divisão é a do século IX, na sequência da evangelização de Santo Método e Santo Cirilo, e aparta o mundo ortodoxo. Mais tarde, dar-se-á a separação entre o Norte protestante e o Sul católico e romano. Com o protestantismo, a Cristandade divide-se, curiosamente, mais ou menos segundo a linha do antigo *limes* romano¹⁵.

O espaço europeu define-se entre os séculos V e XIII¹⁶, depois da divisão do Império Romano e na sequência das invasões bárbaras, como têm sido tradicionalmente designadas. Mas há quem considere que na encruzilhada do primeiro milénio a futura Europa das nações já estava distribuída nas suas linhas essenciais¹⁷. Cada povo tinha encontrado o seu espaço de referência onde se iria enraizar e nem as invasões tártaro-mongóis, no século XIII, nem

¹⁴ Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 290.

¹⁵ *Ibem, ibid.*

as guerras fratricidas, e nem sequer as conquistas árabe e otomana mudaram no fundamental a simbiose entre o espaço e a história dos povos europeus. Contudo, o espaço europeu estava longe de ter encontrado a estabilidade e, nos séculos posteriores, sucessivas migrações de povos e movimentos de conquista, ou de “reconquista”, continuaram a desenhar uma territorialidade extremamente complexa.

A sedentarização dos povos bárbaros, a difusão do cristianismo e do feudalismo foram os três pilares medievais da construção do espaço europeu. O povoamento, o arroteamento de terras e a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento da economia e a expansão demográfica, a breve trecho, o renascimento urbano e o crescimento das cidades modelaram as paisagens. As periferias foram progressivamente integradas, com a reconquista da Península Ibérica, o povoamento da Escandinávia, o aproveitamento sistemático das planícies germano-polaca e russa e, por fim, a lenta e tardia reconquista da Península Balcânica¹⁸. O desenvolvimento técnico e económico das idades moderna e contemporânea permitiram criar a rede de comunicações mais densa do mundo, que facilitam os contactos e as trocas, a rapidez na extensão dos progressos e inovações, bem como a interpenetração das culturas.

Assim sendo, F. Braudel pode falar das “unidades da Europa”¹⁹. Em primeiro lugar, a da arte e do espírito, que se torna evidente na difusão dos movimentos artísticos e culturais por um vasto espaço que, na sequência da expansão ultramarina, transcende o próprio continente europeu. Em segundo lugar, a unidade tecida pelas malhas de uma economia que, desde cedo, teve os seus centros de gravidade — Veneza, nos últimos séculos da Idade Média, Lisboa durante um breve período, depois Sevilha e Antuérpia, em seguida Amesterdão e, mais próximo de nós, Londres — e se foi forjando através de uma intensa circulação dos homens e das mercadorias. Uma realidade que não exclui diferenças de ritmo de desenvolvimento, desigualdades e profundas assimetrias. Em terceiro lugar, temos aquilo que Braudel designa como as “unidades aleatórias” e que são o resultado da acção política.

A ideia de Império atravessa a história da Europa e foi a base para sucessivas tentativas, mais ou menos bem conseguidas, de edificar hegemónias políticas

⁶ Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 291.

¹⁷ Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, p. 70.

¹⁸ *Idem, ibid.*, p. 77.

¹⁹ Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 367 e segs.

sobre o continente e mesmo sobre o mundo. As suas raízes encontram-se na antiguidade romana e a nostalgia do Império manteve-se durante a Idade Média. Segundo Georges Duby, “a cristandade latina sonha com uma idade de ouro do Império, ou seja com a paz, a ordem, a abundância”²⁰. O projecto encarnado, no Ocidente, pelos pontífices da Igreja e por alguns príncipes, dando lugar a acesos despiques entre ambos os poderes. No Império Bizantino, ao invés, dominou um regime que tem sido designado como Césaropapismo e as relações entre o poder espiritual e temporal mantiveram-se pacíficas.

Pode-se remontar a Carlos Magno, que um poeta da sua corte saudava como *pater Europae*²¹. L. Halphen considera que a Europa nasceu, verdadeiramente, quando este instalou a capital em Aix-La-Chapelle, afastando-se do universo mediterrâneo da *Romania*²². Mas o seu Império não lhe sobreviveu e, depois dele, todas as tentativas de hegemonia sobre a Europa têm fracassado. O enraizamento territorial dos povos europeus e a progressiva edificação de monarquias nacionais, que desembocaram já na época contemporânea nos Estados-nações, foram a base da resistência aos projectos hegemónicos e o fundamento das expansões ultramarinas de alguns países europeus. Impossibilitados de se expandir dentro do continente, lançaram-se na aventura marítima e imperialista de dominar outros povos e regiões do mundo. No caso pioneiro dos portugueses, não foi despreciando o facto de se terem armado da ideologia da Cruzada e da vontade messiânica de fundar um Império cristão universal²³.

Entre os movimentos que contribuem para estabelecer a unidade da Europa temos de incluir as ideias políticas. Paradoxalmente, o próprio movimento das nacionalidades que, no século XIX, varreu a Europa e depois se estendeu aos territórios ultramarinos é a expressão de uma identidade que vai afirmando através de poderosas vagas ideológicas e políticas comuns. O laicismo, o liberalismo, a democracia, o socialismo foram as outras ondas que se espraiaram pela Europa oitocentista e dela transbordaram para o mundo. O seu ponto de partida foi os países do noroeste da Europa que

²⁰ G. Duby, *L'Europe au Moyen Age*, citado por Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 34.

²¹ Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 297.

²² L. Halphen, *Charles Magne et l'Empire carolingien*, citado por Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 35.

²³ Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da cruzada ao Quinto Império” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-165.

assumiram o comando em termos económicos, políticos e também ideológicos.

No plano interno, as divisões políticas europeias parecem então mais profundas do que nunca e traduzem-se na emergência do nacionalismo. No plano mundial, alguns países europeus revelam um apetite imperialista sem paralelo, porque é servido por meios técnicos, financeiros e militares sem precedentes históricos. Essa dupla tensão, a nacionalista e a imperialista, encaminhou a Europa para a auto-destruição. A Grande Guerra, de 1914-18, tornou-se pequena face ao potencial destruidor da Segunda Guerra Mundial, de 1939-45. Foi na sequência do choque traumático provocado por estas “guerras civis europeias”²⁴, como já foram designadas, que os projectos sempre adiados de uma unidade europeia encontraram terreno para serem postos em marcha. O sonho de visionários e de poetas, como Victor Hugo, iniciou o lento e trabalhoso processo para passar das palavras aos actos. Dele também não está arredado o desejo de afirmação de um conclave de países que viram, de forma dramática, o seu poder e importância diminuir no mundo. O declínio proporcionou, afinal, as condições para a busca da unidade interna da Europa ao nível económico e político.

A construção europeia

Não é possível traçar, nesta breve abordagem, a história da construção europeia desde 1945 até aos nossos dias. Apesar disso, importa salientar que o arranque do processo foi político e um acto de vontade em que foi decisivo o papel desempenhado por três líderes europeus: Conrad Adenauer, Alcide de Gasperi e Robert Schuman. Todos eles eram homens idosos, nascidos nas últimas décadas do século XIX, e democratas-cristãos que sabiam que a cristandade manteve durante muito tempo a ideia da unidade²⁵. Eram também indivíduos nascidos em regiões de fronteira, respectivamente Colónia, Trento e Luxemburgo. Robert Schuman fixou-se, entretanto, no Mosela e tornou-se francês quando a Alemanha foi obrigada, em 1918, a devolver à França a Alsácia e a Lorena, que tinha tomado em 1871. A sua história pessoal não é, decerto, irrelevante para explicar o papel que estes homens tiveram no eclodir da unificação europeia.

²⁴ Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *Une histoire européenne de l'Europe. D'une renaissance à l'autre? (XV^e-XX^e siècle)*, Toulouse, Éditions Privat, 1999, p. 238 e p. 283

Contudo, nenhum deles foi o progenitor da ideia. Ela foi concebida por Jean Monet, a quem De Gaulle chamava o “inspirador”²⁶. A Europa já possuía organizações inergovernamentais: o Conselho da Europa, criado em 1949, e a União Ocidental (depois U.E.O.), com propósitos ligados à defesa e cooperação militar, fundada em 1948, mas que não passará segundo alguns da “Bela Adormecida das organizações europeias” até hoje²⁷. Mas faltava-lhe uma perspectiva comunitária e um plano capaz de lançar as bases desse projecto, que teria de passar pelo eixo franco-alemão e pela cooperação no âmbito da economia. É neste quadro que Jean Monet imaginou a criação de uma Alta Autoridade para gerir os delicados problemas do carvão e do aço, que colocava a França e a Alemanha num plano de igualdade.

No início dos anos 50, em países ainda marcados pelas memórias dolorosas da guerra e feridos por fortes ressentimentos, não era fácil fazer passar certas mensagens. Primeiro, a reconstrução da Europa não podia ser feita sem a Alemanha e era preciso vencer os velhos egoísmos nacionais para cooperar no projecto comum. Segundo, as indústrias alemãs não deveriam ser controladas pelos aliados, isto é, pelos vencedores de uma forma que acabaria por perpetuar as rivalidades e os ódios da guerra; teriam de ser controladas por uma comissão técnica europeia, na qual participaria a Alemanha do mesmo modo que as outras nações associadas. O carvão alemão também não seria repartido de maneira autoritária pelas potências ocupantes, mas igualmente por uma comissão federal europeia, tal como o carvão belga, inglês, francês, isto é, o conjunto do carvão europeu. Por fim, Jean Monet pensava que, por meio desta organização comum no plano económico e técnico, as nações europeias tomariam consciência da sua profunda solidariedade e do hábito da colaboração nasceria lentamente, progressivamente o “espírito da federação”²⁸.

Robert Schuman assumiu a responsabilidade política pelo plano de Jean Monet e este ficou para a história com o seu nome. O plano Schuman foi, imediatamente, aceite pela Alemanha, pela Itália e pelos três países do Benelux. Em 1951, nascia a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A primeira organização europeia a dispor de poderes supranacionais.

²⁵ Maurice Duverger, *A Europa dos cidadãos*, Lisboa, Edições Asa, 1994, p. 57

²⁶ *Idem*, *ibid.*, p. 58.

²⁷ Pascal Fontaine, *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998, p. 12

Nas suas *Memórias*, Jean Monet considera que o carácter técnico e restrito do projecto limitou a desconfiança do público em relação a este tipo de organização, então bastante comum²⁹. A ideia começou a germinar e, em 1957, os tratados de Roma criavam mais duas organizações comunitárias: a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa). Os órgãos de poder criados no âmbito destes tratados para gerir as questões comunitárias foram os seguintes:

- o Parlamento Europeu, que só em 1979 passou a ser eleito por sufrágio directo e universal pelos cidadãos dos Estados membros;
- o Conselho de Ministros, composto por ministros de todos os Estados membros;
- a Comissão, formada por comissários que são nomeados por comum acordo dos Estados membros, que se pretende que seja um órgão independente e supranacional;
- o Tribunal de Justiça, que deve assegurar o respeito do direito na interpretação e aplicação do tratado fundador da CEE.

Posteriormente, foram criados novos órgãos. Pode-se destacar o Conselho Europeu que nasceu da prática, inaugurada em 1974, de reunir regularmente os Chefes de Estado e de Governo e o presidente da Comissão. Esta prática foi institucionalizada pelo Acto Único, em 1987.

O processo de organização da Comunidade Europeia tem meio século. A procura de consensos e o pragmatismo parecem dominar a tomada de decisões, que têm sido cautelosas, sinuosas e suficientemente complexas para escaparem à compreensão da maioria dos cidadãos. As acusações de falta de democraticidade e de transparência são frequentes. O receio fundamentado de uma “eurocracia” toda poderosa também existe. Para uns, o projecto da unificação europeia, qualquer que venha a ser a fórmula política escolhida, é imparável e uma necessidade para a própria afirmação da Europa nesta era global. Para outros, não é assim tão evidente e sobram interesses nacionais e desconfiança suficiente para colocar todo o tipo de obstáculos ao avanço de um projecto que, inexoravelmente, caminha para a ultrapassagem dos Estados-nações europeus.

²⁸ Cit. Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 60.

²⁹ *Idem, ibid.*, p. 63.

No horizonte dos fundadores da Comunidade estava o ideal federalista. Se bem que, por trás da ambiguidade dos termos, não seja fácil de descortinar os contornos exactos desse federalismo. No plano Schuman, a supranacionalidade das organizações criadas para gerir o carvão e o aço europeus é o ponto de partida de um projecto mais vasto que devia erigir, sobre a base da “solidariedade de facto”, “as primeiras bases de uma federação europeia indispensável à preservação da paz”³⁰. Mas esta ideia tem suscitado as maiores dificuldades e grande controvérsia. Parece que para o projecto da unificação europeia resultar se vão ter de reinventar os termos e os modelos políticos, o que tem vindo a ser feito nos sucessivos tratados que têm marcado a história deste processo. O exemplo mais evidente é o princípio da subsidiariedade, consignado no tratado de Maastricht, em 1992:

- “A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado. Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados membros e possam pois, devido à imensidão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados no nível comunitário”³¹.

Pretende-se, deste modo, regular o âmbito de actuação dos vários poderes e controlar a tentação para a excessiva regulamentação por parte das instituições.

Maurice Duverger considera, na obra intitulada *Europe des Hommes*, que “a Comunidade inventada em 1950 e desenvolvida a partir de então não é um Estado federal, nem a primeira fase de uma evolução de que um Estado federal seria a conclusão”³². Os seus membros têm assento na ONU e não têm a intenção de ceder o seu lugar, para serem representados por um único Estado federal. Além disso, um tal Estado tornar-se-ia ingovernável quando agrupasse todas as nações que se situam entre o Atlântico e a foz do Danúbio,

³⁰ Cit. Pascal Fontaine, *ob. cit.*, p. 14.

o Cabo Norte e Chipre. A União Europeia é, na opinião de Duverger, uma autêntica união de Estados, que encarna um modelo radicalmente diferente de todas as federações passadas ou presentes. Justifica-se, por isso, o uso do termo “neo-federalismo”³³.

Na base desta necessidade de reinventar os modelos políticos e no cuidado posto nas complexas negociações comunitárias estão, como é evidente, interesses de circunstância dos Estados e dos governos envolvidos e divisões mais profundas que parecem atravessar a história recente do continente. A distinção que De Gaulle fazia entre a “Europa europeia” e a “Europa atlântica” não é uma tautologia³⁴. Ela exprime a tensão entre os partidários de um projecto de efectiva independência face aos norte-americanos, que implica a autonomia dos europeus no domínio político e militar, e os que consideram desejável a subordinação aos Estados Unidos. Por duas vezes o general De Gaulle vetou a entrada da Grã-Bretanha na CEE, em 1963 e 1967, por causa da ambiguidade dos britânicos em relação à integração europeia e do receio de que estes pudessem desempenhar o papel de “cavalo de Tróia” dos Estados Unidos no seio da Comunidade. A França liderada por Georges Pompidou acabou por levantar o seu veto à adesão da Grã-Bretanha, na sequência das decisões da cimeira de Haia que preconizavam o tríptico “acabamento, alargamento e aprofundamento” da construção europeia. Assim, em 1972, a CEE passou de seis a nove membros, com a entrada do Reino Unido, da Dinamarca e da Irlanda.

O centro de gravidade deslocou-se, portanto, para o Norte em consequência deste primeiro alargamento. Mas a adesão dos três países do Sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal), que se libertaram a meados dos anos 70 de regimes autoritários, permitiu repor um certo equilíbrio e estender a CEE para doze membros. O processo não tem parado e novos pedidos de adesão estão actualmente na calha, o que permite visualizar para o futuro uma Comunidade mais próxima da área da civilização europeia.

³¹ Cit. Pascal Fontaine, *ob. cit.*, p. 40.

³² Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 55.

³³ *Idem, ibid.*

³⁴ Cf. Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 368 e Pascal Fontaine, *ob. cit.*, pp. 24-25.

Contudo, subsistem múltiplos e variados problemas. Desde logo, entre os partidários de uma Europa mais social, com políticas comuns susceptíveis de corrigir as disparidades económicas entre as regiões e de manter sistemas de protecção eficazes dos seus cidadãos, e aqueles que pretendem estabelecer uma mera zona de livre-troca à inglesa. No actual quadro da concorrência a nível mundial, teme-se que a última opção possa conduzir a uma hegemonia crescente da economia norte-americana e ao seu efectivo monopólio em vários sectores, inclusive no sensível domínio das “indústrias culturais”, como o cinema, a televisão e o disco.

A noção de identidade cultural é, geralmente, associada a singularidade e a diferença. A riqueza da Europa reside na diversidade cultural dos seus povos, a qual não é incompatível com a existência de uma civilização comum. Nesta ordem de ideias, a *Declaração sobre a identidade europeia*, aprovada em Copenhaga em 1973, não deixa de referir, em paralelo, os elementos comuns de civilização e a diversidade das culturas nacionais³⁵. Os dois aspectos são indissociáveis e pretende-se que a afirmação da identidade europeia face ao resto do mundo não anule a diversidade interna, antes contribua para protegê-la de forma mais eficaz.

A Declaração tem uma data e o seu texto reflecte o contexto da política internacional dos dois blocos e da guerra fria. Mas para os europeístas a situação actual também não parece ser incompatível com os seus princípios fundamentais e com a ideia de que a Europa precisa de unidade e de uma voz própria no concerto mundial. Um objectivo que está longe da concretização. Um homem desde o início empenhado na construção europeia como Maurice Duverger conclui a sua análise apaixonada dos problemas, afirmando que “a grandiosa aventura iniciada por Jean Monet há quase meio século corre o risco de caminhar para o naufrágio. Comunidade e União são belos nomes. Mas também Titanic e Lusitânia o eram...”³⁶. Os acontecimentos mais recentes, como o protagonismo assumido pela Grã-Bretanha na actual crise internacional e na guerra do Afeganistão ou a convocação do clube restrito dos países mais poderosos no seio da União Europeia para um encontro em Londres, por iniciativa do governo britânico, do qual são

³⁵ Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 367. O texto integral da Declaração encontra-se em C. Philip, *Textes institutifs des Communautés européennes*, 2ª ed., Paris, PUF, “Que sais-je?”, 1990

excluídos os países mais pequenos³⁷, mostram a debilidade das instituições europeias e as divisões internas que continuam a impedir que esta tenha uma posição única e forte no mundo. As realidades nacionais e o jogo dos respectivos interesses ainda são os que jogam as cartas mais decisivas nos momentos graves.

A Europa dos historiadores

Retomemos, agora, o problema subjacente ao título desta comunicação, isto é, a relação entre os historiadores e a Europa. René Girault, num artigo intitulado *L'Europe des historiens*, começa por afirmar que os historiadores se interrogam e se dividem sobre as diversas questões que têm sido colocadas: como se pode definir *uma* Europa através do seu passado? A história do continente europeu permite traçar as fronteiras que a distinguiriam dos seus vizinhos, fundando-se sobre uma série de critérios culturais específicos? Pode-se considerar que as inter-relações europeias no passado foram bem sucedidas para constituir um conjunto autónomo onde, acima das diversidades nacionais, os habitantes dessas regiões se sentem solidários? Visto que se fala tanto da Europa e que alguns querem construí-la, pode-se utilizar a história para fundamentar a sua legitimidade?³⁸

Na linha de uma plêiade notável de historiadores, em que poderíamos mencionar as obras de François Guizot, *Histoire de la civilisation de l'Europe* (1828) e de Charles Seignobos, *Essai de une histoire comparé des peuples de l'Europe* (1938), a resposta de R. Giraud a estas questões remete para os fundamentos clássicos da civilização europeia — Atenas e Roma — e para o longo percurso histórico em que a unidade, mas também a diversidade da Europa foram sendo forjadas. No aspecto político, a Europa nunca existiu aos olhos dos historiadores. As nações europeias construíram-se umas contra as outras e a consolidação dos Estados-nações contribuiu

³⁵ Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 367. O texto integral da Declaração encontra-se em C. Philip, *Textes institutifs des Communautés européennes*, 2ª ed., Paris, PUF, "Que sais-je?", 1990.

³⁶ Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 176.

³⁷ Cf. imprensa diária de 5 de Novembro de 2001; artigo de Daniel do Rosário, correspondente em Bruxelas, "Danos colaterais atingem coesão da U E. A voz única europeia é agora um exclusivo do eixo Londres-Paris-Berlim", in *Expresso*, Lisboa, 10 de Novembro de 2001, p. 10

ainda mais para cimentar os particularismos. A Europa dos historiadores é, sobretudo, a Europa da cultura e de um património comum de ideias, de valores e de experiências que se realizaram neste espaço e daqui irradiaram para o mundo.

A constatação desta realidade não significa que os historiadores deixem de se interrogar e de ter dúvidas quanto à interpretação do passado da Europa. Também não quer dizer que os historiadores devam colocar o seu labor de compreensão das inter-relações entre os fenómenos históricos, das suas prováveis lógicas e do seu sentido — se é que há qualquer sentido na história — ao serviço de um projecto político e de convicções ideológicas com um objectivo estrito e imediato. Questionar-se sobre as bases da identidade da Europa e sobre a sua unidade tem um significado idêntico a procurar as raízes da identificação de um país. É evidente que, em qualquer dos casos, não se trata de problemas inócuos para a compreensão do mundo em que vivemos e sem implicações políticas de largo alcance. Também é verdade que a formulação dos problemas e as respostas dadas decorrem do contexto sócio-cultural e político em que os indivíduos realizam a sua actividade intelectual e são influenciados pelas opções pessoais e pela experiência de vida. Contudo, a proibidade intelectual do historiador está em ser capaz de analisar os factos e de expô-los sem tomar partido quanto ao seu valor e sem os confundir com os comportamentos políticos que, com toda legitimidade, assume como cidadão.

³⁸ René Girault, “L’Europe des historiens” in *Encyclopædia Universalis*, Supplément, “Les enjeux. Le savoir”, Paris, 1990, p. 61

BIBLIOGRAFIA

- BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- CARBONELL, Charles-Olivier et alii, *Una Historia Europea de Europa. Mitos y Fundamentos (De los orígenes al siglo XV)*, Barcelona, Idea Books, S.A., 2000.
- CARBONELL, Charles-Olivier et alii, *Une histoire européenne de l'Europe. D'une renaissance à l'autre? (XV^e-XX^e siècle)*, Toulouse, Éditions Privat, 1999
- DUROSELLE, J.-B., *L'idée d'Europe dans l'histoire*, Paris, Denoël, 1965
- DUROSELLE, Jean-Baptiste, *L'Europe — Histoire de ses peuples*, Paris, Ed. Perrin, 1990.
- DUVERGER, Maurice, *A Europa dos cidadãos*, Lisboa, Edições Asa, 1994
- FONTAINE, Pascal, *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- GIRAULT, René, “L'Europe des historiens” in *Encyclopediæ Universalis*, Supplément, “Les enjeux. Le savoir”, Paris, 1990, pp. 61-69.
- Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, 2000
- ROUGEMONT, Denis, *28 siècles d'Europe*, Paris, Payot, 1961 (reed. de Bartillat, 1990).
- SOULIER, Gérard, *A Europa. História, Civilização, Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget, s.d.
- WEBER, Max, *O político e o cientista*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1979.